Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit)

Florianópolis, 16 de dezembro de 2025

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

LabCit/GEDRI

ISSN 2675-3308

v. 6, n. 6, 2025

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO, DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E DAS EXPERIÊNCIAS COMPARADAS A PARTIR DAS NOTAS DE AULA (PARTE 2)

Márcio Rogério Silveira

O Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit) se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI), constituído em 2005. Ele congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Edição do Textos para Discussão
LabCit/GEDRI
www.labcit.ufsc.br
Departamento de Geociências
Bloco C do CFH, sala 4
E-mail: labcit.gedri.cfh@contato.ufsc.br

Vinculação institucional
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)
Departamento de Geociências (GCN)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)
Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística (LabCit)
Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas (GEDRI)
Coordenador: Prof. Dr. Márcio Rogério Silveira

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS TRÊS FRENTES DE EXPANSÃO, DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO E DAS EXPERIÊNCIAS COMPARADAS A PARTIR DAS NOTAS DE AULA (PARTE 2)

Márcio Rogério Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
marcio.gedri@gmail.com

Resumo: O presente texto, embasado em anotações de aula, referente a disciplina "Planejamento, desenvolvimento e competitividade territorial: transportes, logística e seus impactos no mundo e no Brasil, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia, analisa criticamente as principais abordagens contemporâneas sobre estratégias de desenvolvimento econômico, integrando contribuições teóricas do estruturalismo latino-americano, da economia do projetamento e de experiências históricas de industrialização tardia. O artigo está divido em duas partes e refere-se aos temas tratados na aula 2 e 3 da disciplina. Partindo da proposta de Ricardo Bielschowsky sobre as três frentes de expansão no Brasil (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura), o trabalho incorpora as contribuições de Ignácio Rangel e Elias Jabbour sobre a economia do projetamento, examinando criticamente a Nova Economia Estruturalista de Justin Yifu Lin e o Novo Desenvolvimentismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira. A experiência chinesa de socialização dos investimentos é analisada como materialização contemporânea de um modelo ativo de desenvolvimento, contrastando com abordagens conciliatórias que subestimam o papel estratégico do Estado. O artigo argumenta que o desenvolvimento requer transformações estruturais deliberadas, coordenação estatal de investimentos e políticas industriais ativas, elementos ausentes nas formulações que buscam compatibilizar desenvolvimento com a ordem econômica neoliberal vigente. As conclusões apontam para a necessidade de uma estratégia transformadora que articule as três frentes de expansão, potencializadas por inovação tecnológica e fortalecimento de encadeamentos produtivos, sob coordenação estatal capaz de produzir rupturas estruturais.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Economia do projetamento. Estruturalismo. Brasil e China. Transformação estrutural.

DEVELOPMENT STRATEGIES IN CONTEMPORARY CAPITALISM: A CRITICAL ANALYSIS OF THE THREE FRONTS OF EXPANSION, THE ECONOMICS OF PLANNING, AND COMPARATIVE EXPERIENCES BASED ON LECTURE NOTES (PART 2)

Abstract: The present text, based on class notes from the course "Planning, development and territorial competitiveness: transport, logistics and their impacts in the world and in Brazil", taught in the Postgraduate Program in Geography, critically analyzes the main contemporary approaches to economic development strategies, integrating theoretical contributions from Latin American structuralism, the economics of "projetamento" (projecting/designing), and historical experiences of late industrialization. The article is divided into two parts and refers to the topics covered in classes 2 and 3 of the course. Starting from Ricardo Bielschowsky's proposal regarding the three fronts of expansion in Brazil (mass consumption, natural resources,

and infrastructure), the work incorporates the contributions of Ignácio Rangel and Elias Jabbour on the economics of "projetamento", critically examining the New Structural Economics of Justin Yifu Lin and the New Developmentalism of Luiz Carlos Bresser-Pereira. The Chinese experience of investment socialization is analyzed as a contemporary materialization of an active development model, contrasting with conciliatory approaches that underestimate the strategic role of the State. The article argues that development requires deliberate structural transformations, state coordination of investments, and active industrial policies, elements absent in formulations that seek to reconcile development with the prevailing neoliberal economic order. The conclusions point to the need for a transformative strategy that articulates the three fronts of expansion, potentiated by technological innovation and the strengthening of productive linkages, under state coordination capable of producing structural ruptures.

Keywords: Economic development. Planning economics. Structuralism. Brazil and China. Structural transformation.

ESTRATEGIAS DE DESARROLLO EN EL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO: UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS TRES FRENTES DE EXPANSIÓN, LA ECONOMÍA DE LA PLANIFICACIÓN Y EXPERIENCIAS COMPARATIVAS BASADAS EN APUNTES DE CLASE (PARTE 2)

Resumen: El presente texto, basado en apuntes de clase de la asignatura "Planificación, desarrollo y competitividad territorial: transporte, logística y sus impactos en el mundo y en Brasil", impartida en el Programa de Posgrado en Geografía, analiza críticamente los principales enfoques contemporáneos sobre estrategias de desarrollo económico, integrando contribuciones teóricas del estructuralismo latinoamericano, la economía de la proyectación (projetamento), y experiencias históricas de industrialización tardía. El artículo se divide en dos partes y se refiere a los temas tratados en las clases 2 y 3 de la asignatura. Partiendo de la propuesta de Ricardo Bielschowsky sobre los tres frentes de expansión en Brasil (consumo masivo, recursos naturales e infraestructura), el trabajo incorpora las contribuciones de Ignácio Rangel y Elias Jabbour sobre la economía de la proyectación, examinando críticamente la Nueva Economía Estructural de Justin Yifu Lin y el Nuevo Desarrollismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira. La experiencia china de socialización de las inversiones se analiza como una materialización contemporánea de un modelo activo de desarrollo, contrastando con enfoques conciliadores que subestiman el papel estratégico del Estado. El artículo argumenta que el desarrollo requiere transformaciones estructurales deliberadas, coordinación estatal de las inversiones y políticas industriales activas, elementos ausentes en las formulaciones que buscan compatibilizar el desarrollo con el orden económico neoliberal vigente. Las conclusiones señalan la necesidad de una estrategia transformadora que articule los tres frentes de expansión, potenciada por la innovación tecnológica y el fortalecimiento de los encadenamientos productivos, bajo una coordinación estatal capaz de producir rupturas estructurales.

Palabras clave: Desarrollo económico; Economía de la planificación; Estructuralismo; Brasil y China; Transformación estructural.

INTRODUÇÃO PARCIAL

O presente texto é a segunda parte da publicação construída a partir de anotações de aula, referente a disciplina *Planejamento, desenvolvimento e competitividade territorial: transportes, logística e seus impactos no mundo e no Brasil*, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no segundo semestre de 2025. A disciplina contou com a colaboração do Professor Doutor Nelson Fernandes Felipe Junior da UNILA.

A reflexão sobre estratégias de desenvolvimento econômico no capitalismo contemporâneo emerge como um imperativo teórico e prático, especialmente diante da crise estrutural do paradigma neoliberal e da reconfiguração da geopolítica econômica global. Após décadas de hegemonia de um modelo pautado pela desregulamentação dos mercados, pela redução do papel do Estado e pela abertura financeira indiscriminada, a crise financeira global de 2008 atuou como um evento disruptivo, recolocando na agenda internacional a necessidade de repensar os fundamentos do desenvolvimento. Este cenário de incerteza e redefinição é complexificado pelo notável deslocamento do centro dinâmico mundial para a China, cuja trajetória de industrialização tardia demonstrou que o sucesso econômico em larga escala está intrinsecamente ligado a um forte planejamento estatal, à coordenação estratégica de investimentos e à implementação de políticas industriais ativas, contrastando de forma eloquente com as prescrições da ortodoxia econômica.

Neste contexto de crise paradigmática e de emergência de novas experiências históricas, o debate sobre o desenvolvimento no Brasil ganha renovada urgência e complexidade. O país, que vivenciou uma era desenvolvimentista (1930-1980) marcada pela hegemonia da ideologia desenvolvimentista e pela condução estatal da industrialização acelerada, viu esse debate ser inibido a partir dos anos 1980, com a crise da dívida, a aceleração inflacionária e o consequente enfraquecimento do Estado desenvolvimentista, abrindo espaço para a ascensão do liberalismo econômico. Somente a partir dos anos 2000, com a estabilização macroeconômica e a retomada do crescimento, o pensamento

desenvolvimentista ressurgiu, ainda que em um ambiente constrangido pelas heranças estruturais das décadas anteriores.

É nesse ressurgimento que se insere a proposta de Ricardo Bielschowsky (2013), que oferece um desenho conceitual para uma estratégia de desenvolvimento nacional fundamentada na articulação de três poderosas frentes de expansão: a) um amplo mercado interno de consumo de massa; b) a forte demanda nacional e mundial por recursos naturais abundantes; e c) as perspectivas favoráveis para investimentos em infraestrutura econômica e social. Segundo o autor, a tradução adequada desses motores em expansão do investimento, desde que "turbinados" por inovação tecnológica e pela reativação de encadeamentos produtivos tradicionais, poderia proporcionar um crescimento vigoroso.

Em paralelo, a tradição teórica inaugurada por Ignácio Rangel (1987) sobre a "economia do projetamento" fornece o arcabouço conceitual fundamental para a compreensão do papel estratégico do Estado na transformação estrutural. Rangel (2005 [1981]) sustentou que o desenvolvimento exige planejamento econômico de longo prazo, coordenação estatal e indução de investimentos estratégicos, não se limitando à mera correção de falhas de mercado, mas sim à criação de condições materiais e financeiras para que setores dinâmicos se desenvolvam de forma articulada e anticíclica. A experiência chinesa, conforme demonstrado por Jabbour (2023), representa a materialização contemporânea dessa lógica, ao articular Estado, planejamento, território e inovação em um modelo ativo de desenvolvimento que contrasta com a passividade das abordagens conciliatórias.

Contudo, o debate contemporâneo é marcado pela presença de abordagens que, embora reconheçam a importância do Estado, são criticadas por seu caráter conciliatório com a ortodoxia neoclássica e por subestimarem a necessidade de rupturas estruturais. A Nova Economia Estruturalista (NES) de Justin Yifu Lin, ao enfatizar o desenvolvimento gradual alinhado às vantagens comparativas existentes, aproxima-se de uma leitura funcionalista que tende a reproduzir padrões históricos de especialização periférica. O Novo Desenvolvimentismo de Luiz Carlos Bresser-Pereira, por sua vez, ao concentrar-se em

variáveis macroeconômicas como câmbio, juros e fiscal, subestima a política industrial ativa e não enfrenta diretamente a hegemonia neoliberal.

Nesse cenário de polarização teórica e de urgência prática, o objetivo do presente artigo é analisar criticamente as principais abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento econômico, integrando as contribuições de Bielschowsky sobre as três frentes de expansão e de Rangel sobre a economia do projetamento, e examinando experiências comparadas de industrialização tardia, com ênfase na trajetória chinesa. A problemática central que guia está investigação reside em compreender como formular estratégias de desenvolvimento no capitalismo contemporâneo que superem os limites das abordagens conciliatórias e sejam capazes de produzir transformações estruturais deliberadas, sob coordenação estatal capaz de produzir rupturas.

1 A EXPERIÊNCIA CHINESA: SOCIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA E REFORMAS ECONÔMICAS

O processo de desenvolvimento econômico chinês constitui um dos fenômenos mais impressionantes do mundo contemporâneo, tanto pela sua longevidade quanto pelo seu alcance interno e externo. O crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 1990 até 2024 foi de 8,3% ao ano, ao mesmo tempo em que a renda per capita passou de US$ 318,00 em 1990 para US$ 13.303,00 em 2024 (BANCO MUNDIAL, 2025). Por trás desse processo, destacam-se a alta relação investimento/PIB (pico histórico em 2013 = 46%), as imensas reservas cambiais (US$ 3,343 trilhões em outubro de 2025) e o enorme volume de comércio externo (37,4% do PIB em 2024 – exportações de bens e serviços como % do PIB igual a 19,5% e importações de bens e serviços como % do PIB igual a 17,2%). É na história por trás desses dados que reside tanto a formação, na China, de uma “tripla condição” de potência

comercial, industrial e financeira, quanto a privilegiada posição política e geopolítica de maior credora líquida do mundo (Jabbour; de Paula, 2018). A manutenção de uma taxa de investimento (FBCF) consistentemente acima de 40% do PIB é o principal motor do crescimento econômico chinês. Algo que reflete na grande concentração de capital, com o governo e as empresas investindo maciçamente em infraestrutura (estradas, ferrovias, portos), fábricas e tecnologia e no modelo de crescimento (impulsionado por investimento e exportações).

Tabela 1 – Indicadores econômicos da China (1990/2024)

Ano	Crescimento PIB (%)	PIB per Capita (PPP) (USD)	Investimento / PIB (%)	Poupança Bruta / PIB (%)	Saldo Cta. Corrente / PIB (%)
1990	9,3	1.667	35,0	37,0	-
1995	10,9	2.500	39,0	42,0	1,0
2000	8,4	3.700	37,0	39,0	1,5
2005	11,3	6.000	41,0	45,0	7,0
2007	14,2 (Pico Cresc.)	7.800	43,0	49,0	10,0 (Pico Saldo)
2008	9,7	9.200	44,0	50,0	9,0
2010	10,6	11.800	46,0	50,7 (Pico Poupança)	4,0
2015	6,9	16.500	44,0	47,0	3,0
2019	6,0	19.900	43,0	44,0	1,0
2021	8,4	21.900	42,0	45,0	2,0
2023	5,2	23.000	42,0	44,3	2,0
2024 (Est.)	5,0	23.846	41,5	44,0	2,2

Fonte: Banco Mundial (2025). Nota: Os valores são anuais e baseados em dados do Banco Mundial e CEIC. As aproximações são usadas para ilustrar a tendência histórica.

As reformas econômicas iniciadas ao final da década de 1970, sob liderança de Deng Xiaoping, marcaram uma inflexão histórica na trajetória chinesa. A construção de uma "economia mercantil sob orientação socialista", assumida pelo Partido Comunista da China

(PCC) desde o seu XIV Congresso em 1992, caracterizou-se pelo gradualismo e pelo caráter experimental das reformas. Diferentemente das "terapias de choque" implementadas em países do Leste Europeu e da ex-União Soviética, a China adotou uma estratégia de "atravessar o rio tateando as pedras", combinando planejamento estatal com mecanismos de mercado, propriedade pública com iniciativa privada, abertura controlada com proteção de setores estratégicos.

A experiência chinesa está longe do conjunto de políticas e reformas liberais conhecidas amplamente como Consenso de Washington. A entrada de capital estrangeiro e a desregulamentação do mercado foram procedidas de forma gradual e controlada pelo governo chinês. O gradualismo e o caráter experimental das reformas não somente elevam a percepção da centralidade do papel executor e mediador do Estado, mas também reforçam a percepção de novas formas em que o planejamento econômico foi se desenvolvendo ao longo das reformas econômicas chinesas (Jabbour; de Paula, 2018).

1.2 Socialização dos Investimentos: a abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman

Jabbour e De Paula (2018) desenvolvem uma abordagem analítica original para explicar o desenvolvimento chinês, baseada nas contribuições de John Maynard Keynes, Alexander Gerschenkron, Ignacio Rangel e Albert Hirschman. A escolha de tais autores não é aleatória: trata-se de autores que, sob diferentes abordagens analíticas, destacaram a importância do papel do Estado para o desenvolvimento econômico. Tais análises, ao ressaltarem diferentes aspectos da relação Estado-mercado, são altamente complementares.

De Keynes, os autores tomam a noção de "socialização do investimento" que, em sua "Teoria Geral" (1936), vaticinou sobre a necessidade do Estado de influenciar as decisões de investimento privado e a propensão ao consumo das famílias via impostos e política de taxa de juros. A aplicação dessa noção pode ser encontrada tanto no papel do Estado em definir

variáveis econômicas cruciais para estimular os gastos privados, em particular taxa de juros e taxa de câmbio e política fiscal, quanto no caráter complementar entre investimento público e privado. Segundo Keynes (1964), em determinadas situações a complementaridade entre Estado e mercado tende a escapar por injunções políticas e conjunturais, com o Estado se transformando em um substituto do setor privado e do próprio mercado, encampando o papel de "empreendedor em chefe" (HENDERSON, 1943). Segundo Belluzzo (2016, p. 91-92):

> O primeiro ponto desse arranjo de política econômica é a "socialização do investimento", entendida como a coordenação pelo Estado das relações entre o investimento público e provado. O "orçamento de capital" do governo deve ser administrado de modo a minorar as dúvidas que contaminam o investimento privado. Ao abordar a socialização do investimento, Keynes advoga um papel central à coordenação estatal das decisões privadas inexoravelmente maculadas pela incerteza radical. Trata-se de evitar intervenções pontuais ex post que caracterizam as políticas econômicas chamadas impropriamente keynesianas.

A proposta keynesiana de socialização do investimento está associada à eutanásia do *rentier*, a abolição do poder dos proprietários e administradores da riqueza líquida. A política bancária e de crédito deve ser administrada a fim de neutralizar "o poder de opressão cumulativo do capitalista para explorar o valor de escassez do capital. [...] enquanto pode haver razões intrínsecas para a escassez da terra, não as há para a escassez de capital" (Keynes, 1970 apud Belluzzo, 2016, p. 92).

De Gerschenkron, incorporam a análise das vantagens do atraso e do papel dos bancos de desenvolvimento em processos de industrialização tardia. Alexander Gerschenkron, em sua obra *O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica*, desenvolveu uma análise sobre a industrialização tardia que se baseia em dois pilares: as vantagens do atraso e o papel das instituições substitutas. Para Gerschenkron, ser um país atrasado não é apenas uma desvantagem, mas uma oportunidade de "saltar" etapas e adotar imediatamente as tecnologias mais modernas e em grande escala já desenvolvidas pelos países pioneiros, resultando em um processo de industrialização mais rápido e violento (*great spurt*).

No entanto, o atraso extremo cria um vácuo de capital e capacidade empresarial. Para superar a falta de pré-requisitos, as nações tardias criaram mecanismos de mobilização de recursos, cuja natureza dependia do grau de atraso. Quanto maior o atraso, mais forte seria a intervenção da instituição substituta. No caso da Alemanha (atraso moderado), os bancos universais atuaram como empreendedores e financiadores de longo prazo, assumindo riscos industriais. Já em países de atraso extremo, como a Rússia czarista, o Estado assumiu o papel central, atuando diretamente como o principal agente mobilizador e empresário. Assim, Gerschenkron conclui que a industrialização não é um processo uniforme, mas sim uma sequência de adaptações institucionais criativas que variam em função do grau de atraso. Já de Ignácio Rangel, como já discutido, tomam a noção de economia do projetamento e a análise dos ciclos econômicos e das transformações institucionais.

De Hirschman, incorporam a noção de encadeamentos produtivos (*backward* e *forward linkages*) e a importância de investimentos estratégicos que maximizem esses encadeamentos. Os conceitos de *backward* (encadeamentos para trás) e *forward linkages* (encadeamentos para frente) referem-se aos mecanismos de interdependência entre os setores de uma economia, sendo fundamentais na economia do desenvolvimento, popularizados por Albert O. Hirschman. O encadeamento para trás (*backward linkage*) descreve a demanda que uma nova indústria (o "comprador") gera por insumos e matérias-primas, estimulando o crescimento dos seus fornecedores; por exemplo, uma fábrica de automóveis impulsiona a produção de aço e pneus. Já o encadeamento para frente (*forward linkage*) ocorre quando o produto de uma indústria se torna um insumo essencial e mais barato para o surgimento ou expansão de outras indústrias ("clientes"); por exemplo, a produção de eletricidade ou de aço, que facilita o desenvolvimento de todas as indústrias que dependem desses insumos. A ideia central de Hirschman é que, ao investir em setores com fortes encadeamentos (indústrias-chave), o governo cria um desequilíbrio forçado que estimula o investimento e o crescimento em cascata no restante da economia.

A pronta reação chinesa ao evento disruptivo de 2008 demonstrou o patamar superior de ação do Estado, não somente no nível do controle da grande indústria e da

grande finança, como também em elevado nível da "socialização do investimento" e no lançamento de novas e superiores formas de planificação econômica. Enquanto países ocidentais implementavam políticas de austeridade fiscal e resgate de bancos privados, a China, em 2008, lançou um pacote de estímulo fiscal da ordem de 4 trilhões de yuans (aproximadamente US$ 586 bilhões), concentrado em investimentos em infraestrutura, habitação social e inovação tecnológica (para ser gasto até 2010) (Infomoney, 2008)[1]. Esse pacote foi viabilizado pela capacidade do Estado chinês de mobilizar recursos financeiros mediante bancos públicos, coordenar investimentos em diferentes níveis de governo e articular empresas estatais em setores estratégicos.

1.3 Planejamento, infraestrutura e coordenação territorial

A experiência chinesa demonstra que o desenvolvimento não se explica por vantagens comparativas estáticas, mas por um novo ciclo de economia do projetamento conduzido pelo Estado, com grande capacidade de coordenação territorial, tecnológica e financeira. Jabbour (2020; 2023) argumenta que a China representa a materialização contemporânea da economia do projetamento, articulando Estado, planejamento, território e inovação em um modelo ativo de desenvolvimento.

Os megaprojetos de infraestrutura na China não constituem apenas obras de engenharia, mas instrumentos estratégicos de coordenação territorial, integração produtiva e projeção geopolítica. A *Belt and Road Initiative* (Iniciativa Cinturão e Rota), lançada em 2013, é emblemática dessa estratégia. Trata-se de um projeto de dimensões continentais, envolvendo investimentos em infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações em mais de 60 países da Ásia, Europa e África. O objetivo é criar corredores de integração

[1] O pacote de estímulo fiscal da China funcionou como um duplo mecanismo de impacto. Globalmente, ele atuou como um amortecedor da recessão, pois a injeção maciça de capital em infraestrutura gerou uma enorme e imediata demanda por *commodities*, sustentando os preços globais e o crescimento em países exportadores de recursos, como o Brasil. No âmbito doméstico chinês, o estímulo garantiu o crescimento rápido do PIB e evitou o desemprego em massa, modernizando a infraestrutura do país.

econômica que conectem a China aos mercados europeus e africanos, reduzindo custos de transporte, ampliando mercados e fortalecendo a posição geopolítica chinesa.

A Iniciativa Cinturão e Rota é a manifestação mais evidente da economia do projetamento chinesa em escala global, indo muito além de meras obras de engenharia. A experiência chinesa demonstra que o desenvolvimento é impulsionado por um novo ciclo de projetamento estatal, e a BRI é a projeção desse modelo. A iniciativa não apenas conecta a China aos mercados europeus e africanos, mas também exporta o singular modelo de governança e desenvolvimento chinês para a periferia global, baseado em infraestrutura de ponta, digitalização e planejamento estatal.

A BRI tem uma função dupla e interligada (dupla circulação). A projeção geopolítica busca reduzir custos de transporte, ampliar mercados e, fundamentalmente, fortalecer a posição geopolítica chinesa ao redefinir o fluxo do comércio e das cadeias de suprimentos globais. O volume de comércio chinês via BRI atingiu 19,47 trilhões de yuans (US$ 2,74 trilhões) em 2023, o que sublinha sua importância para o comércio exterior chinês. A sinergia entre o serviço de trem expresso China-Europa (*China-Europe Railway Express*) e os portos globais exemplifica como a China utiliza a logística para ganhar agilidade e segurança nas rotas transcontinentais, diversificando e desvencilhando-se da dependência de rotas marítimas tradicionais vulneráveis.

A projeção interna é a de coordenação territorial e segurança). A iniciativa serve como ferramenta para a integração das regiões centrais e ocidentais da China ao grande projeto logístico global, alinhando-se à política de desenvolvimento regional que busca reduzir disparidades internas. A conectividade da BRI é vital para a estratégia de "dupla circulação" da China e para a segurança energética e alimentar do país, provendo rotas comerciais e de *supply chain* mais seguras e diversificadas.

A inovação tecnológica dirigida constitui outro pilar fundamental da estratégia chinesa. O Estado coordena investimentos em pesquisa e desenvolvimento, define setores prioritários, mobiliza recursos financeiros e humanos, e articula universidades, centros de pesquisa e empresas. Políticas como "*Made in* China 2025" estabelecem metas ambiciosas

de desenvolvimento tecnológico em setores estratégicos (robótica, inteligência artificial, biotecnologia, energias renováveis, veículos elétricos), combinando proteção de mercado, financiamento subsidiado, compras governamentais e transferência de tecnologia.

1.4 SISTEMA FINANCEIRO E GRANDES CONGLOMERADOS ESTATAIS

A construção de um sólido sistema financeiro público e a centralização do grande capital estatal em 49 companhias constituem elementos fundamentais para compreender a capacidade chinesa de socialização dos investimentos. O sistema financeiro chinês é dominado por grandes bancos estatais (*Industrial and Commercial Bank of China*, *China Construction Bank*, *Agricultural Bank of China*, *Bank of China*), que controlam a maior parte dos ativos bancários e desempenham papel crucial no financiamento de longo prazo de investimentos em infraestrutura, indústria e inovação.

Esses bancos não operam segundo lógica estritamente comercial de maximização de lucros de curto prazo, mas como instrumentos de política de desenvolvimento, direcionando crédito para setores e regiões prioritários, financiando projetos de longo prazo de maturação e sustentando empresas estatais estratégicas. Essa capacidade de direcionar o crédito segundo prioridades nacionais constitui elemento distintivo do modelo chinês, contrastando com sistemas financeiros liberalizados em que a alocação de crédito é determinada por critérios de rentabilidade privada de curto prazo.

As 49 grandes companhias estatais centrais, subordinadas diretamente ao governo central, atuam em setores estratégicos como petróleo e gás, energia elétrica, telecomunicações, siderurgia, construção, transportes e defesa. Essas empresas não apenas dominam seus respectivos setores, mas desempenham papel de coordenação de cadeias produtivas, indução de investimentos privados, desenvolvimento de fornecedores e transferência de tecnologia. A articulação entre Estado, sistema financeiro público e grandes conglomerados estatais configura um modelo de Estado em que o setor público detém

posição hegemônica em setores estratégicos, coexistindo com amplo setor privado em atividades competitivas.

1.4.1 A visão de Ignácio Rangel sobre Intermediação financeira e crise no Brasil

Rangel diagnosticou que a sociedade brasileira atingiu um ponto de inflexão revolucionário, onde a aliança de classes no comando do Estado já não detém mais a capacidade de governar, e a sociedade não aceita mais ser governada sob as regras anteriores. Neste cenário, o Estado emerge como o elo fraco de todo o sistema econômico, revelando-se cada vez mais impotente para exercer suas funções, culminando numa profunda crise financeira. Essa fragilidade financeira é reflexo direto do comprometimento de recursos presentes por meio do aval do Tesouro, que garantia recursos fiscais futuros. A debilidade estatal é patente, mesmo quando a economia demonstra vigor, por exemplo, o Estado não dispõe de moeda nacional para adquirir as divisas geradas por um superávit comercial, impedindo a destinação de tais recursos devido à estatização da dívida. Rangel adverte que é desastroso tentar resolver essa debilidade com a mera emissão de moeda, pois a inflação é um reflexo da crise, e não sua causa primária.

A crise é marcadamente polarizada na chamada "dialética da capacidade ociosa", onde coexistem duas áreas opostas no sistema. Uma área de Ociosidade (excesso de capacidade) com setores capazes de gerar excedente social ou poupança, como a indústria pesada (Departamento I), atividades exportadoras, a indústria de bens de capital e a construção civil. Segundo Rangel, a capacidade física brasileira de formar novo capital é historicamente considerável. Outra como área de Estrangulamentos (carência de investimentos) composta por setores subdesenvolvidos e carentes de investimentos, como os grandes serviços de utilidade pública (energia, um novo sistema ferroviário), serviços urbanos caros (metropolitanos) e saneamento básico.

A superação da recessão e o avanço do ciclo dependem crucialmente da transferência do excedente social da área de ociosidade para a área de estrangulamentos, a fim de formar o capital necessário para liquidar o atraso destes últimos, exigindo um aumento considerável no volume físico de formação de novo capital. A reestruturação do mecanismo de intermediação financeira é vital para efetivar a oferta e a demanda de capital. Historicamente, o desenvolvimento do Brasil da indústria leve para a pesada sempre exigiu a reestruturação do aparelho financeiro, sendo as mudanças institucionais no setor um instrumento de transformação. O Brasil já testemunhou importantes reformas, como a reforma cambial (que deu ao Estado o monopólio das divisas para priorizar a importação de bens de produção) e a indexação monetária (correção monetária), esta última instituída para proteger a liquidez e os investimentos de longo prazo contra a inflação.

Entrementes, na crise atual, a poupança gerada na área de ociosidade não consegue fluir para o polo dos estrangulamentos devido à inadequação do mecanismo financeiro, resultando em insuficiência na capacidade de endividamento dos projetos. A intermediação financeira deve ser reformulada para gerar o capital financeiro demandado pela infraestrutura. Visto que o Estado é o elo fraco, a solução proposta por Rangel para reativar os investimentos nos serviços públicos (área dos estrangulamentos) e, consequentemente, a indústria pesada (área da ociosidade), é a concessão de alguns serviços de utilidade pública, desde que não sejam estratégicos do ponto de vista nacional e superavitários.

Esta concessão consiste na conversão do serviço público concedido a empresa pública em serviço público concedido a empresa privada. Isso é necessário porque a estrutura dos serviços públicos estatais é inadequada para mobilizar novos recursos, uma vez que seu ativo imobilizado é inalienável e não pode ser oferecido em garantia real. O novo mecanismo de engenharia financeira proposto funciona da seguinte forma: o concessionário privado oferece seu imobilizado em hipoteca ao Estado (o único tomador possível); em troca, o Estado substitui essa hipoteca por seu aval hipotecariamente garantido (diferente do aval sem garantia que gerou a crise). Sobre essa base garantida, o aparelho de intermediação financeira é remodelado institucionalmente. Essa medida viabiliza a demanda

efetiva por bens de capital, permitindo que os recursos fluam livremente da ociosidade para os estrangulamentos. Rangel demonstra confiança de que, por essa via, a economia superaria a recessão, o exército industrial de reserva seria absorvido na produção, e a inflação regrediria.

1.5 Lições para países periféricos

Ignácio Rangel, antes mesmo dos chineses lançarem mão dessas estratégias de desenvolvimento, já apontava, para o Brasil, o caminho das pedras do desenvolvimento. Caminhando para outra direção e a ortodoxia econômica, especialmente, a partir da década de 1980, o Brasil passou por consecutivas crises e baixíssimo crescimento. Já a experiência chinesa oferece lições importantes para países periféricos que buscam trajetórias de desenvolvimento transformador. Primeiro, evidencia a centralidade do papel ativo do Estado como condutor do processo de desenvolvimento, não se limitando a corrigir falhas de mercado, mas criando mercados, coordenando investimentos, induzindo transformações tecnológicas e articulando encadeamentos produtivos. Segundo, demonstra a importância do planejamento de longo prazo, capaz de definir prioridades estratégicas, mobilizar recursos e coordenar ações de diferentes agentes econômicos. Terceiro, ilustra a possibilidade de transformação deliberada de vantagens comparativas, mediante investimentos maciços em infraestrutura, educação, pesquisa e desenvolvimento, e políticas industriais ativas.

Contudo, é fundamental reconhecer as especificidades históricas, políticas e institucionais da experiência chinesa, evitando transplantes mecânicos de modelos. Como advertiu Ignácio Rangel (1957), devemos ser avessos à incorporação acrítica seja de modelos importados (marxistas ou não), seja de modismos acadêmicos. O que importa é conhecer como a sociedade concreta se comporta em sua vida econômica. A experiência chinesa deve ser compreendida não como modelo a ser copiado, mas como fonte de inspiração e

aprendizado sobre o papel do Estado, do planejamento e da coordenação de investimentos em processos de desenvolvimento transformador.

2 EXPERIÊNCIAS COMPARADAS E INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

2.1 LESTE ASIÁTICO: CATCHING UP TECNOLÓGICO[2] E TRANSFORMAÇÃO DE VANTAGENS COMPARATIVAS

As experiências de industrialização tardia no Leste Asiático (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura) constituem referências fundamentais para compreender trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento. Ha-Joon Chang (2002; 2011) demonstra de forma contundente que os países hoje desenvolvidos não seguiram suas vantagens comparativas estáticas, mas as transformaram deliberadamente por meio de políticas industriais ativas e, muitas vezes, protecionistas. Em sua obra "Chutando a Escada" (*Kicking Away the Ladder*), Chang evidencia que países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Japão utilizaram amplamente proteção tarifária, subsídios, compras governamentais e outras formas de intervenção estatal durante seus processos de industrialização, contradizendo as prescrições liberais que posteriormente passaram a defender para países em desenvolvimento.

Alice Amsden (2001), em *The Rise of "The Rest"*, analisa as experiências de industrialização tardia na Ásia, evidenciando que o *catching up* tecnológico decorreu de forte planejamento estatal, intervenção pública e articulação entre Estado, sistema financeiro

[2] O conceito de *Catching-Up* Tecnológico descreve o processo pelo qual países, regiões ou empresas que se encontram em desvantagem tecnológica conseguem absorver, adaptar e, posteriormente, inovar a partir do conhecimento e das técnicas desenvolvidas pelos líderes globais. Essencialmente, é uma estratégia de desenvolvimento que visa reduzir o hiato tecnológico e, consequentemente, impulsionar a produtividade, a competitividade e o crescimento econômico. Para que esse processo seja bem-sucedido, é fundamental que a economia em desvantagem invista na sua capacidade absortiva, o que inclui a formação de mão de obra qualificada, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a adoção de políticas públicas estratégicas que facilitem a transferência e a adaptação de tecnologia, transformando a oportunidade de imitação em um desenvolvimento tecnológico autônomo.

e grandes conglomerados empresariais. Na Coreia do Sul, por exemplo, o Estado desempenhou papel central ao definir setores prioritários (siderurgia, construção naval, eletrônica, automóveis), mobilizar recursos financeiros mediante bancos de desenvolvimento, proteger o mercado interno, subsidiar exportações e coordenar investimentos de grandes conglomerados (*chaebols*)[3].

Essas experiências caracterizam-se por alguns elementos comuns. Primeiro, o papel ativo do Estado como condutor do processo de desenvolvimento, não se limitando a criar condições favoráveis ao mercado, mas definindo prioridades, coordenando investimentos e induzindo transformações estruturais. Segundo a existência de políticas industriais ativas, envolvendo proteção tarifária seletiva, subsídios, financiamento de longo prazo, compras governamentais e apoio à exportação. Terceiro, investimentos maciços em educação, pesquisa e desenvolvimento, formação de recursos humanos qualificados e desenvolvimento de capacidades tecnológicas. Quarto, articulação entre Estado, sistema financeiro e grandes empresas, criando sinergias e economias de escala.

2.2 BRASIL: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E FRAGILIZAÇÃO DE ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS

O Brasil apresenta potencial extraordinário para implementar uma estratégia de desenvolvimento fundamentada nas três frentes de expansão identificadas por Bielschowsky (2013). Poucos países no mundo possuem simultaneamente um amplo mercado interno de consumo de massa, abundância de recursos naturais com demanda nacional e internacional, e necessidades significativas de investimentos em infraestrutura econômica e social. Essa combinação configura uma oportunidade única para um padrão de crescimento vigoroso e sustentado.

[3] São grandes conglomerados empresariais sul-coreanos de controle familiar. Eles foram o motor central do rápido crescimento econômico do país, conhecido como o "Milagre do Rio Han", que transformou a Coreia do Sul de uma nação devastada pela guerra em uma potência industrial e tecnológica global.

Contudo, a materialização desse potencial enfrenta desafios estruturais significativos. A fragilização de encadeamentos produtivos ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 resultou em perda de competitividade, desindustrialização relativa e redução da complexidade tecnológica da estrutura produtiva. O binômio juros elevados e câmbio apreciado, que caracterizou a política macroeconômica brasileira por longos períodos, prejudicou a competitividade internacional, desestimulou investimentos produtivos e favoreceu aplicações financeiras especulativas.

A desindustrialização precoce, caracterizada pela redução da participação da indústria de transformação no PIB antes de o país alcançar níveis de renda per capita compatíveis com países desenvolvidos, constitui sintoma dessa fragilização. Setores industriais que haviam alcançado competitividade internacional perderam espaço para importações, cadeias produtivas se desarticularam, capacidades tecnológicas se atrofiaram. Esse processo não resultou apenas de fatores externos (competição chinesa, mudanças tecnológicas), mas fundamentalmente de políticas macroeconômicas e ausência de políticas industriais ativas.

A necessidade de políticas articuladas e coordenadas é evidente. A retomada do desenvolvimento requer não apenas ajustes macroeconômicos (redução de juros, câmbio competitivo, equilíbrio fiscal), mas políticas industriais ativas, investimentos em infraestrutura, fomento à inovação, fortalecimento de encadeamentos produtivos e coordenação de investimentos estratégicos, como apontado por Ignácio Rangel. A experiência dos países asiáticos e da China demonstra que o desenvolvimento não resulta de ajustes marginais compatíveis com a ordem econômica vigente, mas de transformações estruturais deliberadas, conduzidas por Estados capazes de planejar, coordenar e induzir investimentos.

2.3 ANÁLISE COMPARATIVA: PAPEL DO ESTADO, POLÍTICA INDUSTRIAL E SISTEMA FINANCEIRO

O quadro a seguir sintetiza elementos comparativos entre as experiências de desenvolvimento do Leste Asiático, China e Brasil.

Quadro 1 – Comparativo entre Leste Asiático, China e Brasil

Dimensão	Leste Asiático	China	Brasil
Papel do Estado	Condutor ativo	Empreendedor em chefe	Oscilante (condutor → facilitador)
Política Industrial	Ativa e seletiva	Ativa e coordenada	Descontinuada e fragmentada
Sistema Financeiro	Bancos de desenvolvimento	Bancos estatais dominantes	Bancos privados dominantes
Investimento/PIB	30%-40%	40%-50%	15%-20%
P&D/PIB	2%-4%	2%-3%	1%-1,2%
Planejamento	Indicativo de longo prazo	Estratégico e coordenado	Ausente ou de curto prazo
Inserção Internacional	*Export-led → growth-led*	*Growth-led export*	Oscilante
Proteção Industrial	Seletiva e temporária	Seletiva e estratégica	Reduzida após 1990

Fonte: compilado dos autores.

Essa comparação evidencia que as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento se caracterizam por papel ativo do Estado, políticas industriais consistentes, sistema financeiro orientado ao desenvolvimento, elevadas taxas de investimento e de pesquisa e desenvolvimento, planejamento de longo prazo e proteção seletiva de setores estratégicos. Em contraste, o Brasil apresenta oscilações significativas no papel do Estado, descontinuidade de políticas industriais, sistema financeiro orientado ao curto prazo e à especulação, baixas taxas de investimento e de P&D, ausência de planejamento de longo prazo e abertura comercial desregulada.

3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: FINANCEIRIZAÇÃO, CRISE E ESCOLHAS ESTRATÉGICAS

3.1 FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A financeirização constitui uma das transformações mais profundas do capitalismo contemporâneo, caracterizando-se pela crescente dominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, pela expansão dos mercados financeiros e pela subordinação de decisões empresariais e políticas públicas à lógica da valorização financeira de curto prazo. O capital financeiro diz respeito a forma específica de capital enquanto categoria histórica. Refere-se à fusão entre capital bancário e capital industrial, tal como sistematizado por Rudolf Hilferding e aprofundado por Vladimir Ilitch Lênin ao caracterizar o imperialismo como fase de predominância dos monopólios e do capital financeiro. Já a financeirização é um processo histórico e uma lógica de funcionamento do capitalismo tardio. Não se limita à existência de instituições financeiras, mas descreve a crescente subordinação da produção, da circulação e até das políticas públicas às expectativas e racionalidades financeiras. François Chesnais, Greta Krippner, Gerald Epstein e Costas Lapavitsas analisam esse fenômeno como uma reconfiguração sistêmica em que as finanças passam a moldar comportamentos empresariais, estratégias estatais, padrões de consumo, organização do território e formas de extração de valor. A financeirização envolve expansão dos mercados de capitais, dominância dos acionistas, valorização fictícia, endividamento das famílias, reorganização das empresas por métricas financeiras e difusão de instrumentos que capturam rentabilidade em múltiplas escalas.

François Chesnais (1996; 2005), em suas análises sobre a mundialização do capital e o capital financeiro contemporâneo, demonstra que a financeirização impõe severos constrangimentos às políticas de desenvolvimento, especialmente em países periféricos. A liberalização financeira, implementada em escala global a partir dos anos 1980, resultou em enorme expansão dos fluxos de capital especulativo, que circulam entre países em busca de oportunidades de valorização de curto prazo, sem compromisso com investimentos

produtivos de longo prazo. Esses fluxos caracterizam-se por elevada volatilidade, podendo reverter-se abruptamente em contextos de crise ou mudanças de expectativas, provocando crises cambiais, financeiras e econômicas em países receptores.

A dominância financeira manifesta-se em diversos níveis. No nível macroeconômico, impõe políticas de juros elevados para atrair capitais externos, apreciação cambial que prejudica a competitividade industrial, e austeridade fiscal para garantir credibilidade junto aos mercados financeiros. No nível microeconômico, induz empresas a priorizarem a valorização acionária de curto prazo em detrimento de investimentos produtivos de longo prazo, resultando em distribuição excessiva de dividendos, recompra de ações e redução de investimentos em P&D e capacitação de trabalhadores.

Para países periféricos que buscam trajetórias de desenvolvimento transformador, a financeirização representa obstáculo fundamental. A necessidade de atrair capitais externos para financiar déficits em conta corrente ou refinanciar dívidas impõe constrangimentos severos à política macroeconômica, limitando a autonomia para implementar políticas de desenvolvimento. A volatilidade dos fluxos de capital gera instabilidade macroeconômica, dificultando o planejamento de longo prazo e desestimulando investimentos produtivos.

A regulação financeira emerge, portanto, como elemento fundamental de qualquer estratégia de desenvolvimento. A experiência chinesa é instrutiva: a manutenção de controles sobre a conta de capital, a dominância de bancos estatais no sistema financeiro e a subordinação das finanças aos objetivos de desenvolvimento permitiram ao Estado chinês preservar a autonomia da política econômica, direcionar crédito para setores prioritários e sustentar elevadas taxas de investimento – a socialização dos investimentos ocorre por um sistema de circulação que tem o capital financeiro como seu apoiador e não ao contrário. Essa experiência contrasta com países que adotaram liberalização financeira indiscriminada, tornando-se vulneráveis a crises financeiras e perdendo capacidade de conduzir políticas de desenvolvimento.

3.2 CRISE GLOBAL E DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO

A crise financeira global de 2008, um importante evento disruptivo, originada no sistema financeiro norte-americano e rapidamente disseminada para Europa e outras regiões, evidenciou as fragilidades estruturais do capitalismo financeirizado e recolocou na agenda internacional a necessidade de repensar os fundamentos do desenvolvimento. A crise resultou em recessão profunda nas economias desenvolvidas, desemprego em massa, quebra de bancos e empresas, e intervenções estatais sem precedentes para resgatar o sistema financeiro.

Simultaneamente, a crise acelerou o deslocamento do centro dinâmico mundial para a China e, em menor medida, para outros países emergentes. Algo aprofundado pelos eventos disruptivos seguintes, como a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China, a pandemia da Covid-19, o conflito na Ucrânia e em Gaza e a recorrente guerra comercial de Trump, no seu segundo mandato como presidente. Enquanto economias desenvolvidas experimentavam recessão e estagnação, a China sustentou taxas de crescimento elevadas, impulsionadas por massivos investimentos em infraestrutura, expansão do mercado interno e manutenção de políticas anticíclicas. A China continuou desenvolvendo-se, mesmo após os eventos disruptivos, alguns postos contra ela, afetava toda a economia global. Esse deslocamento não constitui fenômeno conjuntural, mas transformação estrutural de longo prazo, com profundas implicações geoeconômicas e geopolíticas.

Para países periféricos como o Brasil, essa reconfiguração da economia mundial impõe escolhas estratégicas fundamentais. O contexto de crise financeira mundial reforça a importância de se discutir o desenvolvimento brasileiro, obrigando a pensar em graus de autonomia relativa para crescer. A crise evidencia a necessidade de estratégias que reduzam a dependência externa e fortaleçam os motores internos de desenvolvimento, evitando vulnerabilidades decorrentes de choques externos.

A ascensão da China como principal demandante de commodities no mercado internacional criou oportunidades excepcionais para países exportadores de recursos

naturais, incluindo o Brasil. A valorização dos preços de commodities agrícolas e minerais contribuiu para a melhoria das contas externas, acumulação de reservas cambiais e redução da vulnerabilidade externa. Contudo, essa oportunidade traz consigo o risco de especialização regressiva, ou seja, de concentração da estrutura produtiva em setores de baixa complexidade tecnológica e reduzida capacidade de geração de encadeamentos produtivos.

3.3 Escolha estratégica: comoditização ou industrialização?

A escolha estratégica que se coloca ao Brasil é entre aceitar passivamente a comoditização da economia ou aproveitar a oportunidade para fortalecer não só as atividades primárias e os serviços, mas também o setor industrial e os impulsos à inovação, ao progresso técnico e ao crescimento. Bielschowsky (2013) fórmula essa questão de forma clara: deve o Brasil especializar-se exclusivamente na exportação de matérias-primas, reduzindo a diversificação produtiva e a capacidade de inovação, ou utilizar a redução da vulnerabilidade externa resultante da valorização das exportações de matérias-primas para fortalecer o setor industrial e os impulsos à inovação?

A primeira alternativa, de especialização em commodities, apresenta riscos significativos. Primeiro, a volatilidade dos preços de commodities no mercado internacional expõe o país a choques externos, com impactos sobre contas externas, receitas fiscais e crescimento econômico. Depois a concentração em setores de baixa complexidade tecnológica limita a geração de empregos qualificados, reduz oportunidades de aprendizado tecnológico e perpetua a dependência de tecnologias importadas. Logo, a "doença holandesa" resultante da valorização de commodities pode prejudicar a competitividade industrial mediante apreciação cambial, desindustrializando a economia.

A segunda alternativa, de fortalecimento industrial e inovação, requer políticas ativas e coordenadas. Primeiro, políticas macroeconômicas que evitem apreciação cambial excessiva, mantendo competitividade industrial. Segundo políticas industriais que

fomentem setores de alta complexidade tecnológica, desenvolvam encadeamentos produtivos e estimulem inovação. Terceiro, investimentos em infraestrutura que reduzam custos de produção e transporte, aumentando a competitividade. Quarto, investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento, formando recursos humanos qualificados e desenvolvendo capacidades tecnológicas.

A experiência dos países asiáticos demonstra que a abundância de recursos naturais não determina a especialização regressiva. A Malásia, por exemplo, exportadora de recursos naturais (petróleo, gás, óleo de palma, borracha), implementou políticas industriais ativas que diversificaram sua estrutura produtiva, desenvolvendo setores de eletrônica, automóveis e serviços de alta complexidade. A Noruega, grande exportadora de petróleo, manteve uma indústria diversificada e desenvolveu capacidades tecnológicas de ponta em setores como engenharia naval, energia renovável e serviços especializados.

3.4 PADRÕES DE CRESCIMENTO: WAGE-LED VERSUS PROFIT-LED

Luiz Fernando de Paula e outros autores heterodoxos analisam os diferentes padrões de crescimento econômico, distinguindo entre regimes *wage-led* (liderados por salários) e *profit-led* (liderados por lucros). Nos regimes *wage-led*, o crescimento é impulsionado pela expansão do consumo das famílias, resultante de aumentos salariais e melhoria da distribuição de renda. Nos regimes *profit-led*, o crescimento é impulsionado por investimentos e exportações, resultantes de elevação da taxa de lucro e competitividade internacional.

A distinção entre esses regimes tem implicações fundamentais para políticas de desenvolvimento. Em economias *wage-led*, políticas de valorização salarial e distribuição de renda tendem a estimular o crescimento, ao expandir o mercado interno e induzir investimentos. Em economias *profit-led*, políticas de contenção salarial e elevação da taxa de lucro tendem a estimular o crescimento, ao aumentar investimentos e competitividade externa.

Evidências empíricas sugerem que o Brasil apresenta características de regime *wage-led*, especialmente no período 2004-2010, quando a combinação de valorização do salário-mínimo, expansão do emprego formal, ampliação do crédito e programas de transferência de renda impulsionou o crescimento do consumo das famílias e, consequentemente, do PIB. Contudo, a sustentabilidade desse padrão depende de a capacidade da estrutura produtiva local atender à demanda interna, evitando vazamentos via importações.

A articulação entre padrões de crescimento e as três frentes de expansão é evidente. O consumo de massa, primeiro motor do desenvolvimento, fundamenta-se em um regime *wage-led*, em que a distribuição de renda e a valorização salarial impulsionam o crescimento. Os recursos naturais e a infraestrutura, por sua vez, dependem de investimentos, articulando-se mais diretamente com elementos de um regime *profit-led*. A estratégia de desenvolvimento deve, portanto, combinar elementos de ambos os regimes, articulando consumo de massa, investimentos em recursos naturais e infraestrutura, e inovação tecnológica.

4 Síntese crítica e proposições para uma estratégia transformadora

4.1 Limites das abordagens conciliatórias

A análise desenvolvida ao longo destes dois artigos (notas de aula I e II) evidencia os limites das abordagens conciliatórias representadas pela Nova Economia Estruturalista (NES) e pelo Novo Desenvolvimentismo. A NES, ao enfatizar o desenvolvimento gradual alinhado às vantagens comparativas existentes, subordina-se à lógica funcionalista que tende a reproduzir padrões históricos de especialização periférica. Ao buscar compatibilizar políticas de desenvolvimento com os fundamentos neoclássicos, esvazia elementos críticos da tradição estruturalista original, despolitizando a análise e subestimando assimetrias de poder no sistema internacional.

O incrementalismo proposto pela NES contrasta frontalmente com as experiências históricas bem-sucedidas de industrialização tardia, que envolveram rupturas deliberadas, planejamento de longo prazo e investimentos massivos em setores de alta complexidade tecnológica. Como demonstrado por Ha-Joon Chang e Alice Amsden, os países hoje desenvolvidos não seguiram suas vantagens comparativas, mas as transformaram mediante políticas industriais ativas, protecionismo estratégico e forte intervenção estatal.

A negligência da NES em relação à financeirização constitui outra limitação fundamental. Ao assumir um ambiente de relativa estabilidade macroeconômica e financeira, a abordagem ignora os constrangimentos impostos pelos fluxos de capital especulativo, pela dominância financeira e pela volatilidade dos mercados globais. Essa lacuna compromete a aplicabilidade da NES em contextos periféricos financeiramente vulneráveis, onde a subordinação às finanças globalizadas impõe severas restrições às políticas de desenvolvimento.

O Novo Desenvolvimentismo, por sua vez, ao concentrar-se em variáveis macroeconômicas (câmbio, juros, fiscal), subestima a necessidade de políticas industriais ativas, coordenação de investimentos estratégicos e transformação deliberada da estrutura produtiva. A ênfase no conceito de "doença holandesa" e na neutralização de seus efeitos via política cambial, embora relevante, não substitui políticas setoriais, desenvolvimento de encadeamentos produtivos e fomento à inovação tecnológica.

A ausência de uma crítica estrutural ao neoliberalismo limita o alcance transformador do Novo Desenvolvimentismo. Ao propor políticas "compatíveis com o mercado" e aceitar consensos neoliberais na esfera fiscal e comercial, a abordagem termina por reforçar elementos da ordem econômica vigente, limitando a possibilidade de rupturas estruturais. Como advertiu Ignácio Rangel, a superação do subdesenvolvimento implica alterar as bases estruturais de financiamento e investimento, o que exige ruptura com políticas de ajuste permanente, não apenas correções marginais.

4.2 ELEMENTOS PARA UMA ESTRATÉGIA TRANSFORMADORA

A construção de uma estratégia transformadora de desenvolvimento requer a articulação de diversos elementos, inspirados nas contribuições do estruturalismo clássico, da economia do projetamento e das experiências históricas bem-sucedidas de industrialização tardia. Logo, não é um caminho fácil, mas é possível. E no percurso haverá percalços que terão que ser corrigidos. É essa capacidade de correção de rumo que a China faz e que deu a ela uma grande capacidade de resiliência aos acontecimentos internacionais, especialmente aos diversos eventos disruptivos tanto individualmente quanto no seu conjunto. Os elementos fundamentais incluem:

• **Estado condutor, não apenas facilitador:** o Estado deve desempenhar papel ativo como condutor do processo de desenvolvimento, não se limitando a corrigir falhas de mercado ou facilitar ajustes, mas criando mercados, coordenando investimentos, induzindo transformações tecnológicas e articulando encadeamentos produtivos. A experiência chinesa demonstra que o Estado como "empreendedor em chefe" é capaz de mobilizar recursos em escala sem precedentes, coordenar ações de diferentes agentes e sustentar investimentos de longo prazo de maturação, dando a China, como destaca Jabbour (2023) a definição de economia com característica socialista.

• **Planejamento de longo prazo:** economia do projetamento: o desenvolvimento requer planejamento econômico de longo prazo, capaz de definir prioridades estratégicas, mobilizar recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais, e coordenar investimentos em diferentes setores e regiões. A economia do projetamento, formulada por Ignácio Rangel, constitui referência fundamental, enfatizando que o planejamento não se limita a exercícios tecnocráticos, mas envolve articulação política, mobilização social e coordenação institucional. O conceito central da economia do projetamento é a tomada de decisão consciente regulada pela razão benefício/custo, na qual a riqueza e os recursos são medidos pela utilidade social, distanciando-se do valor de mercado (Monteiro de Castro, 2025).

• **Articulação das três frentes de expansão:** A estratégia deve articular de forma coordenada as três frentes de expansão identificadas por Bielschowsky, ou seja, consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura. O consumo de massa, sustentado por políticas de distribuição de renda e valorização salarial, impulsiona o crescimento do mercado interno. Os recursos naturais, agregando valor mediante inovação tecnológica e desenvolvimento de encadeamentos produtivos, fortalecem a inserção internacional. A infraestrutura, mediante investimentos coordenados em transportes, energia, telecomunicações e saneamento, reduz custos, integra o território e cria externalidades positivas.

• **Inovação tecnológica e encadeamentos produtivos:** os dois "turbinadores" identificados por Bielschowsky, inovação tecnológica e reativação de encadeamentos produtivos, devem ser potencializados mediante políticas ativas. A inovação tecnológica requer investimentos maciços em educação, pesquisa e desenvolvimento, articulação entre universidades e empresas, proteção à propriedade intelectual e compras governamentais de produtos inovadores. A reativação de encadeamentos produtivos requer políticas industriais setoriais, financiamento de longo prazo, proteção seletiva, políticas de conteúdo local e desenvolvimento de fornecedores.

• **Regulação financeira e socialização dos investimentos:** a financeirização impõe a necessidade de regulação financeira que subordine as finanças aos objetivos de desenvolvimento. Isso envolve controles sobre fluxos de capital, direcionamento de crédito para setores prioritários, fortalecimento de bancos públicos de desenvolvimento, taxação de transações financeiras especulativas e regulação prudencial que evite bolhas e crises. A socialização dos investimentos implica que o Estado influencie decisões de investimento privado, complemente investimentos privados com investimentos públicos e, em setores estratégicos, atue diretamente como investidor.

• **Políticas industriais ativas e coordenadas:** as experiências asiáticas demonstram que políticas industriais ativas são fundamentais para transformar vantagens comparativas, desenvolver setores de alta complexidade tecnológica e criar encadeamentos produtivos

densos. Essas políticas envolvem proteção tarifária seletiva e temporária, subsídios a setores estratégicos, financiamento de longo prazo a taxas subsidiadas, compras governamentais, apoio à exportação, políticas de conteúdo local e desenvolvimento de fornecedores. A coordenação entre diferentes instrumentos e a articulação com políticas macroeconômicas são cruciais para a efetividade dessas políticas.

4.3 Papel do Estado e Transformação Estrutural

O papel do Estado na transformação estrutural não se limita a intervenções pontuais ou correções de falhas de mercado, mas envolve coordenação estratégica de investimentos, indução de transformações tecnológicas, articulação territorial e socialização dos investimentos. A experiência chinesa demonstra que o Estado pode atuar como "empreendedor em chefe", mobilizando recursos em escala sem precedentes, coordenando ações de diferentes agentes e sustentando investimentos de longo prazo. A coordenação de investimentos estratégicos envolve identificar setores prioritários, mobilizar recursos financeiros mediante bancos públicos de desenvolvimento, articular investimentos públicos e privados, e criar sinergias entre diferentes setores e regiões. A indução tecnológica envolve investimentos em pesquisa e desenvolvimento, articulação entre universidades e empresas, proteção à propriedade intelectual, aumento do nível de conteúdo nacional, compras governamentais de produtos inovadores e políticas de transferência de tecnologia.

A articulação territorial envolve investimentos em infraestrutura que integrem o território nacional, reduzam disparidades regionais e criem economias de aglomeração. A experiência chinesa com megaprojetos de infraestrutura, como ferrovias de alta velocidade e a *Belt and Road Initiative* (BRI), demonstra que a infraestrutura não constitui apenas suporte ao desenvolvimento, mas instrumento estratégico de coordenação territorial, integração produtiva e projeção geoeconômica que, por conseguinte, tem conseguido barrar investidas geopolíticas significativas o "império do capital e seus Estados múltiplos" (Wood, 2014). A socialização dos investimentos visível na chinesa, implica que o Estado

influencia decisões de investimento privado mediante políticas macroeconômicas (juros, câmbio, fiscal), complemente investimentos privados com investimentos públicos em infraestrutura e setores estratégicos, e, quando necessário, atue diretamente como investidor em setores que o setor privado não tem capacidade ou interesse de desenvolver.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente artigo analisou criticamente as principais abordagens contemporâneas sobre estratégias de desenvolvimento econômico, integrando contribuições teóricas do estruturalismo latino-americano, da economia do projetamento e de experiências históricas de industrialização tardia. A análise evidenciou que as abordagens conciliatórias representadas pela Nova Economia Estruturalista e pelo Novo Desenvolvimentismo, embora reconheçam a importância do Estado, operam dentro dos limites impostos pela ordem econômica neoliberal, privilegiando políticas adaptativas e incrementalistas em detrimento de estratégias transformadoras.

A proposta de Ricardo Bielschowsky sobre as três frentes de expansão no Brasil (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura) oferece um desenho conceitual robusto para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento que aproveite as especificidades e potencialidades da economia brasileira. A articulação dessas três frentes, potencializada por inovação tecnológica e fortalecimento de encadeamentos produtivos, configura uma estratégia que se ancora nas condições concretas do país, identificando motores de crescimento endógenos e propondo mecanismos para potencializá-los.

A contribuição de Ignácio Rangel oferece elementos conceituais fundamentais para compreender o papel estratégico do Estado na transformação estrutural. A experiência chinesa de socialização dos investimentos demonstra que o desenvolvimento não se explica por vantagens comparativas estáticas, mas por um modelo ativo de economia do projetamento, conduzido pelo Estado, com grande capacidade de coordenação territorial, tecnológica e financeira (Jabbour, 2023).

As experiências comparadas de industrialização tardia no Leste Asiático evidenciam que trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento envolveram papel ativo do Estado, políticas industriais consistentes, sistema financeiro orientado ao desenvolvimento, elevadas taxas de investimento e de pesquisa e desenvolvimento, planejamento de longo prazo e proteção seletiva de setores estratégicos. Essas experiências contrastam com as prescrições da Nova Economia Estruturalista e do Novo Desenvolvimentismo, demonstrando que o desenvolvimento requer rupturas estruturais deliberadas, não ajustes graduais compatíveis com vantagens comparativas estáticas.

Os desafios contemporâneos impostos pela financeirização do capitalismo e pela crise global reforçam a necessidade de estratégias de desenvolvimento que preservem autonomia de política econômica, regulem fluxos de capital especulativo e subordinem as finanças aos objetivos de desenvolvimento. A escolha estratégica entre comoditização e industrialização coloca-se de forma aguda para o Brasil, exigindo políticas ativas que aproveitem a oportunidade criada pela valorização de recursos naturais para fortalecer o setor industrial, a inovação tecnológica e a diversificação produtiva.

As principais contribuições teóricas destas duas notas de aula residem na integração de abordagens estruturalistas, na valorização da economia do projetamento e na análise crítica de propostas conciliatórias. As implicações para política econômica apontam para a necessidade de ruptura com a ortodoxia neoliberal, implementação de políticas articuladas e coordenadas, e foco em transformação estrutural mediante papel ativo do Estado, planejamento de longo prazo, políticas industriais ativas, regulação financeira e socialização dos investimentos.

A agenda de pesquisa que se abre inclui o aprofundamento de estudos comparados sobre experiências de desenvolvimento, análise de setores estratégicos para a economia brasileira, investigação sobre o papel da inovação e tecnologia em diferentes contextos, e exame das condições políticas e institucionais necessárias para implementar estratégias transformadoras de desenvolvimento. O desenvolvimento brasileiro depende da capacidade de traduzir adequadamente os impulsos das três frentes de expansão em investimentos

produtivos, criando um padrão viável de crescimento econômico com transformação estrutural, sustentado por um Estado capaz de planejar, coordenar e induzir as transformações necessárias.

BIBLIOGRAFIA

AMSDEN, A. H. *Asia's next giant*: South Korea and late industrialization. New York: Oxford University Press, 1989.

AMSDEN, A. H. *The rise of "the rest"*: challenges to the west from late-industrializing economies. Oxford: Oxford University Press, 2001.

ARROW, K. J. The economic implications of learning by doing. *The Review of Economic Studies*, Oxford, v. 29, n. 3, p. 155-173, 1962.

BANCO MUNDIAL. *Banco de dados*. 2025. Disponível em: https://data.worldbank. Acesso em: 15 out. 2025.

BELLUZZO, L. G. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo/Campinas: FACAMP/Contracorrente, 2016.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. *Teoria Novo-Desenvolvimentista*: uma síntese. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), [s.d.].

BIELSCHOWSKY, R. *Um desenho conceitual*. Brasília: IPEA, 2013.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 729-747, dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, R.; SQUEFF, G. C.; VASCONCELOS, L. F. *Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000*. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2063).

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Doze comentários a respeito do novo desenvolvimentismo*. 2020. Disponível em: https://open.spotify.com/track/36p2NEHQ7nR1zAi2vznrOF. Acesso em: 27 out. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Em busca do desenvolvimento perdido*: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição*: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. São Paulo: FGV, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Pactos políticos*: do populismo à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686, out./dez. 2010.

CAMPOS, R. M. C. O papel da nova economia do projetamento para uma ordem multipolar. *Princípios*, Brasília, n. 172, p. 148-173, jan./abr. 2025.

CASTRO, A. B. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CASTRO, A. B. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 3-26, jul./set. 2001.

CHANG, H. *23 things they don't tell you about capitalism*. London: Penguin Books, 2011.

CHANG, H. *Kicking away the ladder*: development strategy in historical perspective. London: Anthem Press, 2002.

CHESNAIS, F. *Finance capital today*: corporations and banks in the lasting global slump. Leiden: Brill, 2005.

CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1996.

CIRILLO, C. H. Estrutura e superestrutura na nova economia do projetamento. *Princípios*, Brasília, n. 172, p. 128-147, jan./abr. 2025.

DE PAULA, L. F.; MOURA, R. Consequências econômicas da Operação Lava-Jato. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 28 ago. 2019. Opinião.

DOSI, G. *Technical change and industrial transformation*: the theory and an application to the semiconductor industry. London: Macmillan, 1984.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 775-807, set./dez. 2016.

FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 19-48, mar. 1966.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HENDERSON, H. D. *The inter-war Years and other papers*. Oxford: Clarendon Press, 1955.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

INFOMONEY. *China anuncia pacote de estímulo de US$ 586 bilhões (4 trilhões de iuanes) até 2010 para impulsionar demanda doméstica*. InfoMoney, São Paulo, 9 nov. 2008.

JABBOUR, E. *China*: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2023.

JABBOUR, E. *China*: socialismo e desenvolvimento. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

JABBOUR, E. Ignácio Rangel na China e a "nova economia do projetamento". *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 195-214, 2021.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. T.; ESPÍNDOLA, C. J. Considerações iniciais sobre a "Nova Economia do Projetamento". *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 17-42, maio/ago. 2020.

JABBOUR, E.; DE PAULA, L. F. A China e a "socialização do investimento": uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018.

KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

KALDOR, N. *Strategic factors in economic development*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

KEYNES, J. M. *The end of laissez-faire*. London: Hogarth Press, 1926.

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936 [1964].

KREGEL, J. Hamlet without the prince: Cambridge macroeconomics without money. *American Economic Review*, Nashville, v. 75, n. 2, p. 133-139, May 1985.

LIN, J. Y. *New structural economics*: a framework for rethinking development and policy. Washington, D.C.: World Bank, 2012.

MAMIGONIAN, A. Crítica à Teoria da Dependência no Brasil. *Revista Geosul*, Florianópolis, n. 29, p. 7-27, jan./jun. 2000.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira e latino-americana. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. *et al*. (org.). *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. p. 1-20.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, n. 2, p. 6-49, maio 2000.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Ciudad de México: Era, 1972.

MAZZUCATO, M. *The entrepreneurial state*: debunking public vs. private sector myths. London: Anthem Press, 2013.

MONTEIRO DE CASTRO, M. H. *O pensamento econômico de Ignácio Rangel e a formação econômica do Brasil*. 2017. 210 p. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MONTEIRO DE CASTRO, M. H. Elementos de economia do projetamento. *Princípios*, Brasília, n. 172, p. 174-196, jan./abr. 2025.

PINTO, A. *Teoría del desenvolvimento*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *Boletim Econômico da CEPAL*, Santiago, v. 1, n. 1, p. 1-22, 1949.

QIAN, Y.; WU, J. China's transition to a market economy: how far across the river? *In*: HOPE, N. C.; YANG, D. T.; LI, M. Y. (ed.). *How far across the river?* Chinese policy reform at the millennium. Stanford: Stanford University Press, 2003. p. 119-141.

RANGEL, I. *A Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1970.

RANGEL, I. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

RANGEL, I. *Economia*: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

RANGEL, I. *Ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1957.

RANGEL, I. *Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RANGEL, I. *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*. Salvador: Univ. da Bahia, 1957.

RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

SALAMA, P. *Le processus de sous-développement*. Paris: Maspero, 1976.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper & Brothers, 1942.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524, out./dez. 2007.

SILVEIRA, M. R.; FELIPE JUNIOR, N. F.; COCCO, R. G. Desglobalização ou regionalização da globalização? A reorganização territorial do comércio exterior e seus aspectos geoeconômicos e geopolíticos. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru, v. 29, n. 2, jan./dez. 2025.

STIGLITZ, J. E. Whither reform? ten years of the transition. *In*: ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS. *Anais* [...]. Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 55-97.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system*: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

WILLIAMSON, J. What should the World Bank think about the Washington Consensus? *World Bank Research Observer*, Oxford, v. 15, n. 2, p. 251-264, 2000.

WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Referência completa (ABNT):

SILVEIRA, Márcio Rogério. Estratégias de desenvolvimento no capitalismo contemporâneo: uma análise crítica das três frentes de expansão, da economia do projetamento e das experiências comparadas a partir das notas de aula (parte 2). *Textos para Discussão:* LabCit/GEDRI, Florianópolis, v. 6, n. 6, 16 dez. 2025.